



CAIXAGEST OBRIGAÇÕES

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações

RELATÓRIO E CONTAS

30 de junho de 2021



Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A.

Sede Social: Av. João XXI, 63 - 1000-300 Lisboa - Capital Social € 9.300.000 - CRL de Lisboa e contribuinte 502 454 563



ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

No primeiro semestre de 2021, estima-se que a atividade económica mundial prolongou a trajetória de recuperação, suportada pelo progresso na vacinação contra a COVID-19 e pelo apoio da política fiscal principalmente nos EUA, embora tenham prevalecido divergências significativas entre países e setores. Neste enquadramento, o Fundo Monetário Internacional reviu em alta o crescimento do PIB real global perspetivado para 2021, de 5,5% no relatório de janeiro para 6,0% no de abril, após a contração de 3,3% registada em 2020. A instituição considerou que a referida retoma é transversal tanto ao bloco desenvolvido (+5,1%) como ao emergente (+6,7%), sendo que a robustez deverá ser desigual entre os países, dependendo da severidade da pandemia, do acesso às vacinas e da continuidade do apoio das políticas macroeconómicas. No que concerne à evolução de preços, a conjugação de efeitos de base (comparação com os baixos registos no período homólogo), a valorização das matérias-primas, a reabertura da atividade económica e as disrupções na oferta fomentaram a subida da inflação no período.

Nos EUA, a recuperação da atividade económica destacou-se face aos principais parceiros comerciais, com um crescimento em cadeia no primeiro trimestre do ano de 1,6%, segundo os dados do Bureau of Economic Analysis. Este comportamento adveio, em particular, da robustez do consumo privado alicerçada no significativo suporte fiscal que impulsionou o rendimento disponível das famílias e no considerável progresso na vacinação contra a COVID-19. No segundo trimestre, o PIB real deverá evidenciar um crescimento superior, em resultado do efeito do pacote fiscal, conhecido como The American Rescue Plan Act of 2021, no valor de 1,9 biliões de dólares, aprovado em março. A taxa de desemprego apresentou uma trajetória descendente, tendo descido de 6,7% em dezembro de 2020 para 5,9% em junho de 2021, de acordo com o Bureau of Labor Statistics. Já a inflação denotou uma forte aceleração, advinda, designadamente, de efeitos de base, do impulso da recuperação da procura e de constrangimentos da oferta. De facto, o índice de preços PCE (a métrica de referência da Reserva Federal Americana - Fed - para a inflação) subiu de 1,2% em dezembro de 2020, em termos homólogos, para 3,9% em maio de 2021, o que representa o registo mais elevado desde agosto de 2008. A autoridade monetária caracterizou este movimento como largamente transitório, sem alterações significativas à política monetária, mantendo, desta forma, a taxa diretora no intervalo [0,00%-0,25%] e o ritmo mensal do programa de compra de ativos em 120 mil milhões de dólares. Contudo, anunciou, em junho, que o debate para a redução gradual do programa de compras irá iniciar-se nas próximas reuniões.

Por seu turno, o PIB real da Área Euro evidenciou uma contração em cadeia de 0,3%, no primeiro trimestre de 2021, segundo os dados do Eurostat. Este comportamento resultou da queda do consumo privado, em resultado das medidas de contenção da COVID-19. Nas maiores economias da região, o PIB real da Alemanha contraiu em cadeia 1,8%, de França 0,1% e de Espanha 0,5%, enquanto o de Itália cresceu 0,1%. No mesmo período, a economia portuguesa apresentou uma variação de -3,3%. Todavia, os dados qualitativos e os avanços nos planos de vacinação (e conseqüente redução das medidas de contenção da COVID-19) indicam que a atividade económica da região deverá ter iniciado uma trajetória de recuperação no segundo trimestre. A taxa de desemprego da Área Euro registou uma diminuição de 8,2% em dezembro de 2020 para 7,9% em maio, com descidas na Alemanha, de 4,0% para 3,7%, em França, de 7,8% para 7,5%, e em Espanha, de 16,2% para 15,3%, e com subidas em Itália, de 9,9% para 10,5% e em Portugal, de 6,9% para 7,2%. A inflação denotou um incremento, ao ter passado de uma variação homóloga de -0,3% em dezembro para 1,9% em junho, de acordo com o Eurostat. Porém, em semelhança com os EUA, este incremento resultou também de um conjunto de fatores temporários, nomeadamente do fim da redução temporária do IVA na Alemanha, da atualização dos ponderadores do cabaz de bens e serviços, do aumento dos preços de energia, da reabertura económica e das disrupções na oferta. Perante este enquadramento, o Banco Central Europeu - BCE - anunciou, em março, o aumento do ritmo de compra de ativos ao abrigo do Programa de Compras de Emergência na Pandemia (vulgarmente conhecido pela sigla anglo-saxónica PEPP - Pandemic Emergency Purchase Programme) no decurso do segundo e terceiro trimestres de 2021, de forma a preservar as conduções de financiamento em níveis favoráveis. Salientou-



se, ainda, a submissão à Comissão Europeia dos Planos de Recuperação e Resiliência pelos Estados-membros.

Por fim, a China registou no primeiro trimestre deste ano um crescimento em cadeia de 0,6% do PIB real, de acordo com o National Bureau of Statistics. Os dados de consumo, de produção industrial e de investimento de abril e de maio apontam para a continuidade da resiliência da atividade económica no segundo trimestre do ano corrente. A inflação subiu de 0,2% em dezembro de 2020, variação homóloga, para 1,1% em junho de 2021, mantendo-se abaixo do objetivo do banco central de 3,0%.

MERCADOS FINANCEIROS

Na atual conjuntura de retoma económica, no primeiro semestre de 2021, os mercados financeiros mantiveram o padrão cíclico, evidenciado desde finais de março de 2020. Neste âmbito, as classes de ativos de maior risco apresentaram performances positivas, com alguns mercados a atingirem máximos históricos ou de vários anos, o que contrastou com as negativas dos ativos considerados de refúgio. Para estes desempenhos contribuíram a recuperação económica global, possibilitada pela diminuição gradual das medidas de confinamento, decretadas para conter a pandemia COVID-19, e o impulso na procura agregada dos programas de estímulo fiscal, ao gerarem um ambiente favorável para um maior otimismo dos consumidores, dos empresários e dos investidores.

No mercado Monetário, as taxas de prazos mais curtos dos EUA evidenciaram quedas ligeiras, o que comparou com a estabilidade das da Área Euro. No mercado em dólares, o indexante Libor variou -9p.b., para 0,15%, no prazo de 3 meses, -10p.b., para 0,16%, no de 6 meses e -10p.b., para 0,25%, no de 12 meses. Já a Euribor manteve-se a -0,54%, na maturidade de 3 meses, aumentou de 1p.b., para -0,52%, na de 6 meses, e 2p.b., para -0,48%, na de 12 meses.

No que respeita às Obrigações de Dívida Pública, os mercados foram penalizados pela subida das taxas de juro, em especial de maturidades mais longas, tendo-se observado desempenhos negativos, de cerca de 3%, tanto nos EUA como no agregado da Área Euro. O aumento das yields foi indissociável do contexto de reabertura da atividade e do reforço das políticas fiscais de apoio à economia. Nos EUA, com a recuperação mais célere que em outras regiões e com a predisposição da administração americana para impulsionar de forma substancial a economia, a yield no prazo dos 10 anos atingiu um máximo de 1,74%, o que compara com o mínimo de 0,50% registado no auge do choque económico gerado pela pandemia na primeira metade de 2020, tendo-se verificado desde o início do ano uma variação de +55p.b., para 1,47% no final de junho. Em comparação a yield no prazo dos 2 anos subiu apenas 2p.b.. Na Área Euro, perante as perspetivas de recuperação económica, para a qual contribuirá o Plano de Recuperação e Resiliência Europeu, a taxa de juro nominal germânica a 10 anos apresentou uma variação positiva, de +32p.b., para -0,21%, face ao aumento mais modesto observado na maturidade dos 2 anos, de 6p.b.. Para além do aumento das yields das obrigações do tesouro da Alemanha, o desempenho do mercado de dívida pública da Área Euro foi condicionado pelo ligeiro alargamento dos prémios de risco de alguns Estados-membros.

As performances dos vários segmentos de Obrigações de Dívida Privada - Crédito foram divergentes, com os de *high yield* (grau especulativo) em ambas as moedas a evidenciarem-se pela positiva, em virtude do forte estreitamento de *spreads*, que compensou a subida de taxas de juro. Por seu turno, os segmentos de *investment grade* (grau de investimento), tanto em euros como em dólares, registaram perdas, com a redução de *spreads* a ser insuficiente para reverter o impacto negativo da subida das yields sem risco. Estas dinâmicas ocorreram num contexto de condições financeiras favoráveis, suportadas pelas políticas monetária em vigor, em especial pelos programas de compra de ativos implementados pela Fed e pelo BCE, e de taxas de incumprimento em níveis historicamente baixos.

A classe de Ações apresentou valorizações, sendo superiores em mercados de países desenvolvidos face aos de emergentes, em especial os dos EUA e da Área Euro. Para estes desempenhos foram relevantes a forte revisão em alta dos lucros esperados a nível global, decorrente da recuperação na atividade



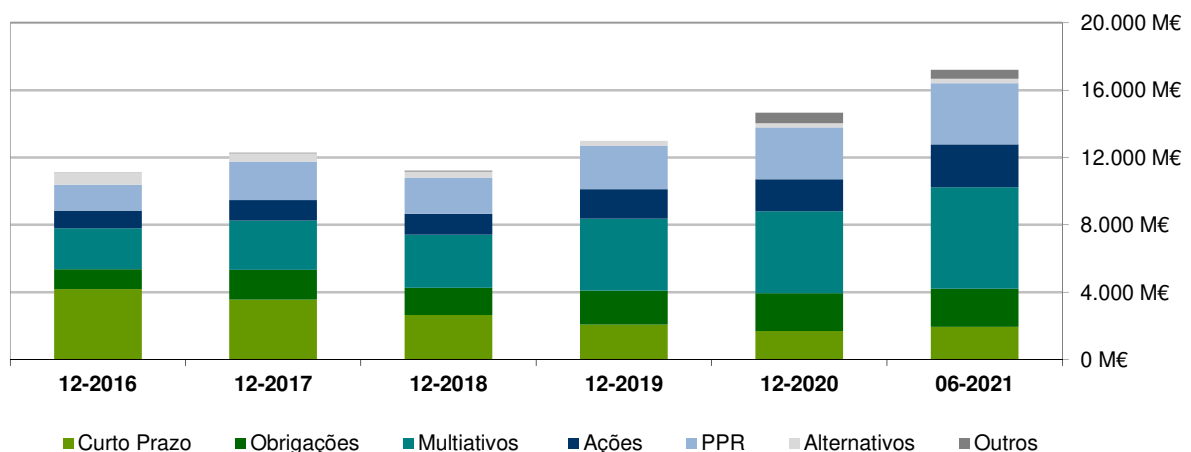
económica, a aprovação em março nos EUA de um novo pacote de apoio à economia, no valor de 1,9 biliões de dólares, e os avanços no programa de infraestruturas. Neste último programa, com um valor global de investimento ao longo de 8 anos superior a 1 bilião de dólares, salienta-se o acordo firmado em junho, entre os senadores democratas e republicanos, que poderá representar uma base de entendimento importante para a sua aprovação no curto prazo. Paralelamente, assistiu-se à melhoria das relações comerciais e diplomáticas entre a União Europeia e os EUA, com reflexo nas suspensões das tarifas alfandegárias impostas na sequência das disputas sobre os subsídios à Airbus e à Boeing e do aumento programado das taxas às importações de aço e alumínio pelos EUA. A performance mais modesta do agregado de emergentes, refletiu a deterioração da situação pandémica em vários países da América Latina e da Ásia, tais como a Índia e o Brasil, e a manutenção das tensões diplomáticas sino-americanas.

Em relação ao Mercado Cambial, face ao euro, o dólar americano, a libra e o dólar canadiano apreciaram, o que comparou com a desvalorização do iene e do franco suíço. A moeda americana foi favorecida pelas expectativas de recuperação mais célere da economia dos EUA comparativamente ao bloco europeu. Esteve ainda em evidência a moeda britânica, cuja apreciação foi suportada pelo anúncio por parte do Banco Central de Inglaterra que irá reduzir o ritmo de compras de ativos.

MERCADO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO

Em 30 de junho de 2021, o valor dos ativos geridos pelos fundos mobiliários portugueses ascendeu a 17.202,3 milhões de euros, o que reflete um aumento de 17% nos montantes sob gestão, desde o início do ano.

Os Fundos Multiativos constituem o principal segmento de mercado, representando 35,1% dos fundos geridos e registaram um acréscimo de 24% no decorrer do semestre. O segundo lugar, com uma quota de 21,2%, é representado pelo segmento dos fundos PPR e registou um acréscimo de montante na ordem dos 18%. Seguido dos Fundos de Ações e de Obrigações, com uma quota de 14,8% e de 13,1%, respetivamente.



No final de junho, as quatro maiores gestoras portuguesas de fundos mobiliários concentravam 90,5% dos ativos sob gestão. A sociedade gestora com maior volume de ativos sob gestão é a Caixa Gestão de Ativos com 5.739 milhões de euros, traduzindo-se numa quota de mercado de 33,3%. Seguem-se a IM Gestão de Ativos, com 3.705 milhões de euros e uma quota de 21,5%, e a BPI Gestão de Ativos com 3.113 milhões de euros, correspondendo a uma quota de 18,1%.

Fonte: APFIPP: Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios - Valores a junho 2021. Na categoria *Outros Fundos* está considerado o Caixa Disponível, Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (528M€), que em 2019 estava classificado como Fundos de Curto Prazo Euro.



ATIVIDADE DO FUNDO

Caracterização

OCAIXAGEST OBRIGAÇÕES - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações (adiante designado por Fundo) iniciou a sua atividade em 15 de novembro de 1993 e é comercializado na Caixa Geral de Depósitos e no Banco Best.

O Fundo tem como objetivo principal, proporcionar aos participantes o acesso a uma carteira constituída predominantemente por obrigações, obrigações hipotecárias e títulos de participação, denominados em divisa euro e maioritariamente cotados em mercados da União Europeia.

Os ativos cotados em países fora da União Europeia, não podem representar mais de 10% do valor líquido global do Fundo.

O Fundo investe, direta ou indiretamente, um mínimo de 80% do seu valor líquido global em obrigações, sendo que as obrigações de Taxa Variável representam mais de 50% do valor líquido global do Fundo.

A adesão em junho de 2019 aos Princípios para o Investimento Responsável das Nações Unidas (PRI), o mais relevante compromisso da comunidade de investidores institucionais a nível global para o reconhecimento do papel do investimento responsável na prossecução dos princípios universais nas áreas dos direitos humanos, meio ambiente e combate à corrupção, representou um passo relevante na afirmação da estratégia de Sustentabilidade da Caixa Gestão de Ativos, reforçando a importância estratégica que a incorporação de fatores ESG ("Environmental, Social and Governance") assume no processo de investimento dos fundos sob gestão.

A incorporação desta temática na estratégia de investimentos da Caixa Gestão de Ativos está enquadrada na Política de Investimento Socialmente Responsável, Política de Envolvimento e da Política de Exercício dos Direitos de Voto, que estão disponíveis no sítio da internet da Caixa Gestão de Ativos (www.caixagestaodeativos.pt). É entendimento da Caixa Gestão de Ativos que a concretização do definido nas citadas Políticas permite cumprir o desígnio estratégico de constituir-se como um exemplo na realização de Investimentos Socialmente Responsáveis, centrando a sua atuação nas dimensões principais, integração e envolvimento.

Estratégia de investimento

No primeiro semestre de 2021, o Fundo teve uma rendibilidade positiva, beneficiando do ligeiro estreitamento dos spreads de crédito verificado durante este período e do rendimento de juros das posições detidas pelo Fundo.

Ao longo do semestre, o Fundo investiu cerca de 50% em obrigações de taxa variável e cerca de 45% em obrigações de taxa fixa, sendo o remanescente investido em instrumentos de mercado monetário. Esta última componente foi mantida em níveis relativamente elevados, para fazer face a eventuais resgates no Fundo bem como uma medida de prudência da gestão.

O perfil do Fundo manteve-se conservador durante os últimos meses, não tendo havido nenhuma alteração significativa no perfil do mesmo. O Fundo manteve uma duração baixa (ligeiramente acima de 1), em consequência da cobertura parcial do risco de taxa de juro, utilizando derivados para esse efeito.

Durante os próximos meses, a expectativa é de que se possam manter as condições atuais de mercado que são favoráveis ao mercado de crédito e à estabilidade dos spreads de crédito. Com o intuito de captar prémios de risco considerados atrativos, o Fundo poderá participar, de forma seletiva, em emissões no mercado primário de dívida privada, bem como efetuar compras em mercado secundário de emissões com maturidade curta mas de emitentes com um maior perfil de risco.



Medidas tomadas no âmbito da pandemia Covid-19

Na sequência do surto pandémico Covid-19, o Conselho de Administração da sociedade gestora do Fundo tomou medidas de minimização dos riscos resultantes do desenvolvimento da pandemia e ativou o plano de contingência, passando a atividade a ser desenvolvida no edifício sede e em regime de teletrabalho.

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica internacional e os seus efeitos nos mercados mobiliários, considerando que as atuais circunstâncias excecionais decorrentes da pandemia não colocam em causa a continuidade das operações do Fundo.

Avaliação do desempenho

Em 30 de junho de 2021, o valor líquido global do Fundo ascendia a 230.789.938 euros, repartidos por 51.431.893,9057 unidades de participação, detidas por 9.114 participantes. Nos últimos doze meses, o fundo obteve uma rentabilidade de 1,90%.

Demonstração do património a 30 de junho de 2021

Valores em euros

Valores Mobiliários	221.969.168
SalDOS Bancários	10.120.649
Outros Ativos	944.479
Total dos Ativos	233.034.295
Passivo	2.244.357
Valor Líquido de Inventário	230.789.938

Caracterização dos Valores Mobiliários

Valores em euros

Cotados em Bolsa portuguesa	3.532.909
Cotados em Bolsa europeia	194.103.975
Cotados em Bolsa não europeia	15.098.454
Negociados nouro mercado	6.733.830
Papel Comercial	2.500.000
Unidades de participação	0
Não cotados	0



Composição da carteira



Dados Históricos

Valores em euros

Ano	Valor Líquido	Número de UPs	Valor UP	Rendibilidade	Classe de Risco
2012	247.381.563,90	60.784.381,5393	4,0698	14,99%	3
2013	250.815.576,37	59.198.282,7244	4,2369	5,19%	2
2014	198.600.201,80	45.745.851,1237	4,3414	2,95%	2
2015	235.266.983,41	53.939.262,1623	4,3617	0,47%	2
2016	227.008.108,02	51.173.202,0495	4,4361	1,70%	2
2017	313.529.210,85	69.918.579,1647	4,5166	1,09%	1
2018	251.591.094,01	57.156.598,0733	4,4018	-1,83%	2
2019	214.713.405,58	47.898.202,7740	4,4827	1,84%	2
2020	220.023.380,50	46.570.428,4566	4,4035	-0,02%	3
2021 (*)	230.789.938,00	51.431.893,9057	4,4873	1,90%	5

(*) – valores relativos ao primeiro semestre de 2021. A rendibilidade e o Risco referem-se aos últimos os 12 meses.

Fonte: Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP).

As rendibilidades divulgadas representam dados passados e não garantem rendibilidades futuras. O valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função da classe de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).

Valores em euros

	2018	2019	2020	2021 (*)
Proveitos e Ganhos	8.412.949	9.914.756	15.822.630	2.774.208
Custos e Perdas	13.517.223	5.725.019	16.100.423	2.487.989
Resultado Líquido	-5.104.273	4.189.737	-277.793	286.219



Impostos, Comissões e Taxas	2018	2019	2020	2021 (*)
- Impostos	142.219	158.770	147.674	78.900
- Comissão de Gestão	1.144.643	888.711	845.504	446.454
- Comissão de Gestão Variável	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
- Outras Comissões e Taxas	14.123	2.980	7.998	17.427
- Comissão de Depósito	286.161	222.178	211.376	111.615
- Comissões e Taxas indiretas	0	0	0	0
- Taxa de Supervisão	40.957	31.690	30.354	16.294
- Custos de Auditoria	2.706	2.706	2.706	1.353
- Custos de Transação	0	0	0	0

Custos suportados pelos participantes	2018	2019	2020	2021 (*)
- Comissões de Subscrição	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
- Comissões de Resgate	21.363	867	1.392	153

(*) – valores relativos ao primeiro semestre de 2021

n.a. – não aplicável

Lisboa, 23 de agosto de 2021



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS


BALANÇOS

EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO							CAPITAL E PASSIVO					
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	30-06-2021			30-06-2020	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	30-06-2021	30-06-2020	
			Bruto	Mv	mv/P	Líquido				Líquido		
CARTEIRA DE TÍTULOS							CAPITAL DO OIC					
21	Obrigações	3	217.975.678	1.864.797	371.307	219.469.168	199.923.788	61	Unidades de Participação	1	256.541.205	232.292.318
22	Ações		-	-	-	-	-	62	Variações Patrimoniais	1	68.863.987	71.357.550
23	Outros Títulos de Capital		-	-	-	-	-	64	Resultados Transitados	1	-94.901.474	-94.623.681
24	Unidades de Participação		-	-	-	-	-	65	Resultados Distribuídos		-	-
25	Direitos		-	-	-	-	-	67	Dividendos Antecipados das SIM		-	-
26	Outros Instrumentos de Dívida	3	2.500.000	-	-	2.500.000	-	66	Resultados Líquidos do Exercício	1	286.220	-3.955.478
	TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS		<u>220.475.678</u>	<u>1.864.797</u>	<u>371.307</u>	<u>221.969.168</u>	<u>199.923.788</u>		TOTAL DO CAPITAL DO OIC		<u>230.789.938</u>	<u>205.070.709</u>
OUTROS ATIVOS							PROVISÕES ACUMULADAS					
31	Outros Ativos da Carteira		-	-	-	-	-	48	Provisões para Encargos		-	-
	TOTAL DE OUTROS ATIVOS		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	481	TOTAL PROVISÕES ACUMULADAS		<u>-</u>	<u>-</u>
TERCEIROS							TERCEIROS					
411+...+418	Contas de Devedores	17	424.716	-	-	424.716	387.222	421	Resgates a Pagar a Participantes	17	82.040	24.669
	TOTAL DOS VALORES A RECEBER		<u>424.716</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>424.716</u>	<u>387.222</u>	422	Rendimentos a Pagar a Participantes		-	-
DISPONIBILIDADES							DISPONIBILIDADES					
11	Caixa		-	-	-	-	-	423	Comissões a Pagar	17	105.119	95.813
12	Depósitos à Ordem	3	10.120.649	-	-	10.120.649	4.497.315	424+...+429	Outras Contas de Credores	17	2.046.698	29.752
13	Depósitos a Prazo e com pré-aviso		-	-	-	-	-	43+12	Empréstimos Obtidos		-	-
14	Certificados de Depósito		-	-	-	-	-	44	Pessoal		-	-
18	Outros Meios Monetários		-	-	-	-	-	46	Acionistas		-	-
	TOTAL DAS DISPONIBILIDADES		<u>10.120.649</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.120.649</u>	<u>4.497.315</u>		TOTAL DOS VALORES A PAGAR		<u>2.233.857</u>	<u>150.234</u>
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS							ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
51	Acréscimos de Proventos	17	518.665	-	-	518.665	405.578	55	Acréscimos de Custos		-	-
52	Despesas com Custo Diferido	17	1.097	-	-	1.097	-	56	Receitas com Provento Diferido		-	-
58	Outros Acréscimos e Diferimentos	17	-	-	-	-	7.040	58	Outros Acréscimos e Diferimentos	17	10.500	-
59	Contas Transitórias Ativas		-	-	-	-	-	59	Contas Transitórias Passivas		-	-
	TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIF. ATIVOS		<u>519.762</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>519.762</u>	<u>412.618</u>		TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIF. PASSIVOS		<u>10.500</u>	<u>-</u>
	TOTAL DO ATIVO		<u>231.540.805</u>	<u>1.864.797</u>	<u>371.307</u>	<u>233.034.295</u>	<u>205.220.943</u>		TOTAL DO CAPITAL E DO PASSIVO		<u>233.034.295</u>	<u>205.220.943</u>
	Total do Nº de Unidades de Participação	1				<u>51.431.894</u>	<u>46.570.428</u>		Valor Unitário da Unidade de Participação	1	<u>4,4873</u>	<u>4,4035</u>

Abreviaturas: MV - Mais Válias; mv - Menos Válias; P - Provisões.

**CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS**

EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

DIREITOS SOBRE TERCEIROS					RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	30-06-2021	30-06-2020	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	30-06-2021	30-06-2020
OPERAÇÕES CAMBIAIS					OPERAÇÕES CAMBIAIS				
911	À vista		-	-	911	À vista		-	-
912	A prazo (Forwards cambiais)		-	-	912	A prazo (Forwards cambiais)		-	-
913	Swaps cambiais		-	-	913	Swaps cambiais		-	-
914	Opções		-	-	914	Opções		-	-
915	Futuros		-	-	915	Futuros		-	-
	TOTAL		-	-		TOTAL		-	-
OPERAÇÕES SOBRE TAXAS DE JURO					OPERAÇÕES SOBRE TAXAS DE JURO				
921	Contratos a prazo (FRA)		-	-	921	Contratos a prazo (FRA)		-	-
922	Swap de taxa de juro		-	-	922	Swap de taxa de juro		-	-
923	Contratos de garantia de taxa de juro		-	-	923	Contratos de garantia de taxa de juro		-	-
924	Opções		-	-	924	Opções		-	-
925	Futuros		-	-	925	Futuros	12	9.389.800	11.870.320
	TOTAL		-	-		TOTAL		9.389.800	11.870.320
OPERAÇÕES SOBRE COTAÇÕES					OPERAÇÕES SOBRE COTAÇÕES				
934	Opções		-	-	934	Opções		-	-
935	Futuros		-	-	935	Futuros		-	-
	TOTAL		-	-		TOTAL		-	-
COMPROMISSOS DE TERCEIROS					COMPROMISSOS COM TERCEIROS				
942	Operações a prazo (reporte de valores)		-	-	941	Subscrição de títulos		-	-
944	Valores recebidos em garantia		-	-	942	Operações a prazo (reporte de valores)		-	-
945	Empréstimo de títulos		-	-	943	Valores cedidos em garantia		-	-
	TOTAL		-	-		TOTAL		-	-
	TOTAL DOS DIREITOS		-	-		TOTAL DAS RESPONSABILIDADES		9.389.800	11.870.320
99	Contas de Contrapartida		9.389.800	11.870.320	99	Contas de Contrapartida		-	-



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS					PROVEITOS E GANHOS				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	30-06-2021	30-06-2020	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	30-06-2021	30-06-2020
CUSTOS E PERDAS CORRENTES					PROVEITOS E GANHOS CORRENTES				
JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS					JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS				
712+713	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos		129.254	39.941	812 + 813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos		875.107	687.785
711+714+717+718	De Operações Correntes		-	-	811+814+817+818	De Operações Correntes		-	-
719	De Operações Extrapatrimoniais		1.643	1.252	819	De Operações Extrapatrimoniais		-	-
COMISSÕES E TAXAS					RENDIMENTO DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS				
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos		-	-		Da Carteira de Títulos e Outros Ativos		-	-
724+...+728	Outras, em Operações Correntes		591.790	541.601	822+...+824/5	De Operações Extrapatrimoniais		-	-
729	De Operações Extrapatrimoniais		225	290	829	De Operações Extrapatrimoniais		-	-
PERDAS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS					GANHOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS				
732 + 733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos		1.240.352	11.880.749		Na Carteira de Títulos e Outros Ativos		1.406.905	8.049.615
731+...+738	Outras, em Operações Correntes		-	-	832 + 833	Outras Operações Correntes		-	-
739	Em Operações Extrapatrimoniais		438.980	1.156.580	831+838	Em Operações Extrapatrimoniais		489.400	1.001.300
IMPOSTOS					REPOSIÇÃO E ANULAÇÃO DE PROVISÕES				
7411+7421	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais		-	-		Para Riscos e Encargos		-	-
7412 + 7422	Impostos Indiretos	9	78.900	73.323	851			-	-
7418 + 7428	Outros Impostos		-	-				-	-
PROVISÕES DO EXERCÍCIO					OUTROS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES				
75	Provisões para Encargos		-	-	87			-	1
77	OUTROS CUSTOS E PERDAS CORRENTES		6.844	3.935					
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A)		2.487.988	13.697.671		TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B)		2.771.412	9.738.701
CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS					PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS				
781	Valores Incobráveis		-	-	881	Recuperação de Incobráveis		-	-
782	Perdas Extraordinárias		-	-	882	Ganhos Extraordinários		-	-
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores		-	-	883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		2.796	3.492
788	Outros Custos e Perdas Eventuais		-	-	888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais		-	-
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS (E)		-	-		TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS (F)		2.796	3.492
66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se<0)		286.220	-	66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se<0)		-	3.955.478
	TOTAL		2.774.208	13.697.671		TOTAL		2.774.208	13.697.671
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos E Outros Ativos		912.406	-3.183.290	F-E	Resultados Eventuais		2.796	3.492
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais		48.552	-156.822	B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes de Impostos		286.220	-3.955.478
B-A	Resultados Correntes		283.424	-3.958.970	B+D+F-A-C-E+63	Resultado Líquido do Período		286.220	-3.955.478

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	NOTAS	30-06-2021	30-06-2020
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC			
<i>RECEBIMENTOS:</i>			
Subscrição de unidades de participação		22.364.148	10.709.250
<i>PAGAMENTOS:</i>			
Resgates de unidades de participação		11.836.918	16.506.784
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		<u>10.527.231</u>	<u>-5.797.534</u>
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS			
<i>RECEBIMENTOS:</i>			
Venda de títulos e outros ativos da carteira		36.355.115	50.992.686
Reembolso de títulos e outros ativos da carteira		12.635.294	2.881.883
Juros e proveitos similares recebidos		922.656	809.307
Outros recebimentos relacionados com a carteira		-	1
<i>PAGAMENTOS:</i>			
Compra de títulos e outros ativos		54.636.166	49.498.710
Juros e custos similares pagos		129.254	39.941
Outras taxas e comissões		16.257	846
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		<u>-4.868.612</u>	<u>5.144.379</u>
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS			
<i>PAGAMENTOS:</i>			
Margem inicial em contratos de futuros e opções		-	300.000
Fluxo das operações a prazo e de divisas		<u>-</u>	<u>-300.000</u>
OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE			
<i>PAGAMENTOS:</i>			
Comissão de gestão		444.873	423.457
Comissão de depósito		111.218	105.895
Imposto e taxas		96.730	90.911
Auditoria		1.353	1.353
Custos de research		2.404	1.973
Fluxo das operações de gestão corrente		<u>-656.578</u>	<u>-623.589</u>
Saldo dos fluxos de caixa do período (A)		5.002.041	-1.576.744
Efeito das Diferenças de Câmbio		-	-
Disponibilidades no início do período (B)	3	5.118.607	6.074.059
Disponibilidades no fim do período (C) = (B) + (A)	3	10.120.649	4.497.315

DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(montantes expressos em Euros)

INTRODUÇÃO

O CAIXAGEST OBRIGAÇÕES - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações (adiante designado por “Fundo”) foi autorizada pela Portaria de 24 de março de 1992 do Ministério das Finanças e iniciou a sua atividade em 15 de novembro de 1993.

Em 22 de julho de 2002, incorporou o Fundo BNU Renda Mensal e em 07 de fevereiro de 2011 incorporou o Fundo Caixagest Moeda e o Fundo Caixagest Rendimento.

No dia 18 de dezembro de 2017, ocorreu a fusão por incorporação do fundo Caixagest Curto Prazo - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações.

O objetivo principal do Fundo é proporcionar aos participantes o acesso a uma carteira de ativos indexados às taxas de juro de curto prazo, visando a obtenção de uma rendibilidade a médio e longo prazo, dependente da evolução das taxas de juro de curto prazo, bem como da evolução da qualidade de crédito dos emitentes em carteira.

Sendo um Fundo de obrigações de Taxa Variável, o seu património é constituído por obrigações, obrigações hipotecárias e títulos de participação, denominados em divisa euro e maioritariamente cotados em mercados da União Europeia.

O Fundo investe, direta ou indiretamente, um mínimo de 80% do seu valor líquido global em obrigações, sendo que as obrigações de Taxa Variável representarão mais de 50% do valor líquido global do Fundo.

O Fundo pode deter ativos de curto prazo, nomeadamente bilhetes do tesouro, certificados de depósito, depósitos bancários, papel comercial e aplicações nos mercados interbancários na medida adequada para fazer face ao movimento normal de resgate de unidades de participação e a uma gestão eficiente do Fundo.

Os ativos cotados em países fora da União Europeia, não podem representar mais de 10% do valor líquido global do Fundo.

O Fundo não investe o seu património em ações, obrigações convertíveis ou obrigações que confirmam o direito de subscrição de ações ou de aquisição a outro título de ações.

Adicionalmente, não pode investir mais de 10% do seu valor líquido global em unidades de participação de fundos de investimento.

Por princípio o Fundo não utiliza instrumentos e produtos financeiros derivados para cobrir riscos de variação do preço dos ativos em carteira ou riscos de variabilidade dos rendimentos. No entanto, o Fundo poderá vir a efetuar a cobertura dos riscos mencionados, sempre que a gestão antecipe alterações das condições do mercado. Com o objetivo de obter uma exposição adicional aos diferentes mercados em que investe, o Fundo poderá transacionar contratos de futuros e opções sobre índices obrigacionistas ou sobre valores mobiliários individuais. O Fundo pode realizar operações de permuta de taxas de juro e de taxas de câmbio (swaps), celebrar acordos de taxas de juro, câmbios a prazo (FRA's e forwards) e pode utilizar “*credit default swaps*”.

O Fundo investe o seu património em valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário admitidos à cotação ou negociados em Bolsas de valores e mercados regulamentados de um Estado membro da União Europeia, no Zurich Stock Exchange, no Oslo Stock Exchange, no New York Stock Exchange, no American Stock Exchange, no *National Association of Securities Dealers Automatic Quotations* e na Bolsa de Valores de Tóquio.

Os valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário podem ser transacionados em mercados não regulamentados, que utilizando sistemas de liquidação internacionalmente reconhecidos pelos mercados financeiros (p.ex. Clearstream e Euroclear), assegurem liquidez e garantam a correta e adequada avaliação dos títulos transacionados.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A.. As funções de banco depositário são exercidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD).

BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas numa ótica de continuidade e estão apresentadas com base nos registos contabilísticos do Fundo, mantidos de acordo com o Plano Contabilístico dos Organismos de Investimento Coletivo, emitido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, na sequência das competências que lhe foram atribuídas pela Lei nº 16/2015 de 24 de fevereiro, alterada pelo Decreto-Lei nº 124/2015 de 7 de julho.

Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização de Exercícios

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com a especialização do exercício, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do seu recebimento e pagamento.

Os juros das aplicações são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que se vencem, independentemente do momento em que são recebidos.

b) Unidades de participação

O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

Na valorização diária dos ativos que integram o património do Fundo, tendo em vista o cálculo do valor da unidade de participação a divulgar no dia útil seguinte, os preços aplicáveis e composição da carteira serão determinados às 17 horas de cada dia útil.

Na determinação da composição da carteira são consideradas todas as transações efetuadas e confirmadas até esse momento.

O valor da unidade de participação, para efeitos de subscrição, será conhecido e divulgado no dia útil seguinte àquele a que o pedido de subscrição se refere. O pedido de subscrição é realizado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate será conhecido e divulgado no dia útil seguinte àquele a que o pedido de resgate se refere. O pedido de resgate é realizado a preço desconhecido.

c) Títulos

No que diz respeito ao critério valorimétrico dos títulos, os mesmos são valorizados de acordo com as regras estabelecidas no Prospeto do Fundo, as quais são descritas na Nota 4 do presente anexo. O critério valorimétrico para a saída de títulos de carteira utilizado foi o método de custeio FIFO.

d) Comissão de gestão

A comissão de gestão constitui um encargo do Fundo, a título de remuneração dos serviços de gestão de seu património que lhe são prestados pela Sociedade Gestora, sendo registada na rubrica de “Comissões”.

Assim, o Fundo paga à entidade responsável pela gestão uma comissão nominal fixa anual de 0,40%, calculada diariamente sobre o valor do património líquido do Fundo antes de comissões e taxa de supervisão, e liquidada mensal e postecipadamente. A partir de 1 de janeiro de 2019, passou a incidir sobre esta comissão Imposto de Selo à taxa legalmente em vigor.

e) Comissão de depositário

Esta comissão destina-se a fazer face às despesas do banco depositário relativas aos serviços prestados ao Fundo.

O Fundo paga ao depositário uma comissão nominal fixa anual de 0,10%, calculada diariamente sobre o valor do património líquido do Fundo antes de comissões e taxa de supervisão, e liquidada mensal e postecipadamente. A partir de 1 de janeiro de 2019, passou a incidir sobre esta comissão Imposto de Selo à taxa legalmente em vigor.

f) Outros encargos

Para além dos encargos de gestão e de depósito, o Fundo suporta os encargos decorrentes das transações de valores efetuadas por sua conta, no quadro da política de investimentos estabelecida no Prospeto, designadamente: taxas de corretagem, de realização de operações de Bolsa ou fora de Bolsa, encargos fiscais, bem como os custos de auditoria obrigatórios.

O Fundo incorpora ainda custos de research, orçamentados para o ano de 2021 pelo valor máximo de 0,004%/ano sobre o VLGf, enquanto instrumento indispensável à análise desenvolvida internamente, no sentido de permitir o robustecimento da proposta de valor da sociedade gestora, assente na necessidade de recurso a apoio especializado externo, dada a abrangência global e multiplicidade de classes de ativos a considerar nas estratégias de investimento. O montante dos custos a afetar ao Fundo decorre da “Metodologia de imputação de custos com estudos de investimento”, constante da Política interna da sociedade gestora, que define que os mesmos são refletidos diariamente, nas diferentes carteiras, pela parte proporcional (método pro rata) do valor médio das mesmas.

Adicionalmente, o Fundo paga à CMVM uma taxa mensal, liquidada mensal e postecipadamente. Esta taxa é calculada sobre o património líquido do Fundo, correspondente ao último dia do mês.

g) Política de rendimentos

O Fundo não distribuirá rendimentos, sendo os mesmos capitalizados na totalidade.

h) Regime fiscal

O Decreto-Lei n.º 7/2015 entrou em vigor no dia 1 de julho de 2015, tendo estabelecido que o Fundo passou a ser tributado em IRC, à taxa geral prevista no Código do IRC (atualmente fixada em 21%), encontrando-se isento de derrama municipal e estadual.

O lucro tributável do Fundo corresponde ao resultado líquido do exercício, apurado de acordo com as normas contabilísticas legalmente aplicáveis, não sendo, em regra, considerados os rendimentos de capitais, prediais e mais-valias, os gastos ligados aqueles rendimentos ou previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC, bem como os rendimentos, incluindo os descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para o Fundo.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação são deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os, de um ou mais dos 12 períodos de tributação posteriores, aplicando-se o disposto no nº2 do artigo 52.º do Código do IRC.

O Fundo encontra-se sujeito a tributação autónoma às taxas previstas no Código do IRC.

O Fundo encontra-se igualmente sujeito, com as necessárias adaptações, às obrigações previstas nos artigos 117.º a 123.º, 125.º, 128.º e 130.º do Código do IRC. (e.g. declaração Modelo 22 do IRC, IES, documentação fiscal, organização e centralização da contabilidade).

No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0025%, por trimestre, relativamente aos Fundos que invistam exclusivamente em instrumentos de mercado monetário e depósitos bancários e à taxa de 0,0125%, por trimestre, para os restantes.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 6/2013 emitido pela CMVM em 12 de setembro de 2013.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

1. CAPITAL DO FUNDO

O património do Fundo está formalizado através de unidades de participação, desmaterializadas, com características iguais e sem valor nominal, assumindo a forma escritural, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcional ao número de unidades que representam.

O movimento ocorrido no capital do Fundo durante o primeiro semestre de 2021 foi o seguinte:

	31-12-2020	Subscrições	Resgates	Outros	Res. líq. do exerc.	30-06-2021
Valor base	244.878.655	24.882.692	-13.220.142	-	-	256.541.205
Diferença p/ Valor Base	70.046.199	-2.518.544	1.336.332	-	-	68.863.987
Resultados transitados	-94.623.681			-277.793	-	-94.901.474
Resultados distribuídos	-			-	-	-
Resultado líquido do exercício	-277.793			277.793	286.220	286.220
	<u>220.023.381</u>	<u>22.364.148</u>	<u>-11.883.810</u>	<u>-</u>	<u>286.220</u>	<u>230.789.938</u>
Nº de unidades de participação	<u>49.093.762</u>	<u>4.988.532</u>	<u>-2.650.400</u>			<u>51.431.893</u>
Valor da unidade de participação	<u>4,4817</u>	<u>4,4831</u>	<u>4,4838</u>			<u>4,4873</u>

O valor líquido global do Fundo, em termos globais e unitários, assim como o número de unidades de participação em circulação apresentaram a seguinte evolução:

Ano	Mês	VLGF	Valor da UP	N.º UP's em Circulação
2021	Jan	220.330.711	4,4809	49.171.252
	Fev	225.363.466	4,4795	50.310.394
	Mar	223.325.089	4,4804	49.844.704
	Abr	227.257.825	4,4847	50.673.776
	Mai	230.748.122	4,4839	51.461.530
	Jun	230.789.938	4,4873	51.431.894

3. INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS

A 30 de junho de 2021, a carteira do Fundo decompõe-se conforme se apresenta no Anexo I.

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades, durante o primeiro semestre de 2021 foi o seguinte:

	31-12-2020	Aumentos	Reduções	30-06-2021
Depósitos à ordem	5.118.607			10.120.649
	5.118.607	-	-	10.120.649

Em 30 de junho de 2021 e 2020, os depósitos à ordem (todos expressos em euros) encontram-se domiciliados nas seguintes instituições financeiras:

	30-06-2021	30-06-2020
Caixa Geral de Depósitos	10.101.173	4.478.831
Millennium BCP	14.862	14.862
Banco Bilbao Vizcaya	2.942	3.341
Novo Banco	1.672	281
	10.120.649	4.497.315

4. CRITÉRIOS DE VALORIZAÇÃO DOS ATIVOS

4.1 Momento de referência da valorização

O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

Na valorização diária dos ativos que integram o património do Fundo, tendo em vista o cálculo do valor da unidade de participação a divulgar no dia útil seguinte, os preços aplicáveis e composição da carteira serão determinados às 17 horas de cada dia útil.

Na determinação da composição da carteira, são consideradas todas as transações efetuadas e confirmadas, até esse momento.

O valor da unidade de participação, para efeitos de subscrição, será conhecido e divulgado no dia útil seguinte àquele a que o pedido de subscrição se refere. O pedido de subscrição é realizado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate será conhecido e divulgado no dia útil seguinte àquele a que o pedido de resgate se refere. O pedido de resgate é realizado a preço desconhecido.

4.2. Regras de valorimetria e cálculo do valor da unidade de participação

A valorização dos ativos integrantes do património do Fundo e o cálculo do valor da unidade de participação são efetuados de acordo com as normas legalmente estabelecidas, observando-se o seguinte:

- a) Os valores mobiliários, os instrumentos derivados e os restantes instrumentos negociados em mercado regulamentado são valorizados ao último preço verificado no momento de referência, difundido através da Bloomberg ou da Reuters.
- b) Os valores mobiliários, os instrumentos derivados e os restantes instrumentos negociados em mais do que um mercado regulamentado são valorizados aos preços praticados no mercado onde os mesmos são normalmente transacionados pela entidade responsável pela gestão.
- c) Os valores mobiliários, os instrumentos derivados e os restantes instrumentos negociados em mercado regulamentado que não sejam transacionados nos 15 dias que antecedem a respetiva avaliação são equiparados a valores não negociados em mercado regulamentado, para efeitos de valorimetria.
- d) Os valores mobiliários não negociados em mercado regulamentado são valorizados ao valor médio das ofertas de compra e de venda firmes, obtidas diretamente ou difundidas através de meios de informação especializados como sejam a Bloomberg ou a Reuters. Na impossibilidade da sua obtenção será utilizado: (i) valor médio das ofertas de compra e venda difundidas através de entidades especializadas, caso as mesmas se apresentem em condições normais de mercado, ou (ii) o valor médio das ofertas de compra difundidas através de entidades especializadas, caso não se verifiquem as condições referidas em (i). Em qualquer dos casos não são elegíveis ofertas ou médias de ofertas que incluam valores de ofertas de entidades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade responsável pela gestão, nos termos dos artigos 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários, e cuja composição e critérios de ponderação não sejam conhecidos.
- e) As unidades de participação, quando não for possível aplicar as alíneas a) e b), são avaliadas ao último valor conhecido e divulgado pela respetiva entidade responsável pela gestão;
- a. desde que a data de divulgação do mesmo não diste mais de 3 meses da data de referência; ou
- b. desde que, distando a data de divulgação do mesmo mais de 3 meses da data de referência, tal valor é o que reflete o justo valor atendendo às especificidades dos fundos de investimento mobiliário em que o Fundo invista.
- f) As posições cambiais são avaliadas em função das últimas cotações conhecidas no momento de referência de valorização da carteira difundidas através de meios de informação especializados como sejam a Bloomberg ou a Reuters, ou pelo Banco de Portugal.
- g) Os instrumentos financeiros derivados OTC são valorizados ao valor médio das ofertas de compra e de venda firmes, obtidas diretamente ou difundidas através de meios de informação especializados como sejam a Bloomberg ou a Reuters. Na impossibilidade da sua obtenção será utilizado: (i) valor médio das ofertas de compra e venda difundidas através de entidades especializadas, caso as mesmas se apresentem em condições normais de mercado, ou (ii) o valor médio das ofertas de compra ou venda (consoante se trate respetivamente, de posições longas ou curtas) difundidas através de entidades especializadas, caso não se verifiquem as condições referidas em (i). Em qualquer dos casos não são elegíveis ofertas ou médias de ofertas que incluam valores de ofertas de entidades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade responsável pela gestão, nos termos dos artigos 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários, e cuja composição e critérios de ponderação não sejam conhecidos.
- h) Na impossibilidade da aplicação das alíneas d) ou g), a entidade responsável pela gestão recorre à aplicação de modelos teóricos que considere mais apropriados atendendo às características do ativo, sem prejuízo dos casos particulares abaixo indicados:
- a. Tratando-se de instrumentos financeiros em processo de admissão a um mercado regulamentado, pode a entidade responsável pela gestão adotar critérios que tenham por base a avaliação de instrumentos financeiros da mesma espécie emitidos pela mesma

entidade e que se encontrem admitidos à negociação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões;

b. Tratando-se de instrumentos do mercado monetário, sem instrumentos financeiros derivados incorporados, que distem menos de 90 dias do prazo de vencimento, pode a entidade responsável pela gestão considerar para efeitos de avaliação o modelo do custo amortizado, desde que:

i. os instrumentos do mercado monetário possuam um perfil de risco, incluindo riscos de crédito e de taxa de juro, reduzido;

ii. a detenção dos instrumentos do mercado monetário até à maturidade seja provável ou, caso esta situação não se verifique, seja possível em qualquer momento que os mesmos sejam vendidos e liquidados pelo seu justo valor;

iii. se assegure que a discrepância entre o valor resultante do método do custo amortizado e o valor de mercado não é superior a 0,5%.

c. Tratando-se de contratos forwards cambiais, serão considerados para o apuramento do seu valor, a respetiva taxa de câmbio spot, as taxas de juro a prazo das respetivas moedas e o prazo remanescente do contrato.

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos suportados pelo Fundo durante os primeiros semestres de 2021 e 2020 foram os seguintes:

	30-06-2021	30-06-2020
Impostos indiretos		
Pagos em Portugal		
Imposto do selo	78.900	73.323
	<u>78.900</u>	<u>73.323</u>

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

A 30 de junho de 2021 e de 2020, o total de ativos de taxa de juro fixa detidos diretamente pelo Fundo, bem como os de instrumentos financeiros derivados sobre operações de taxa de juro, decompõem-se pelos seguintes prazos residuais até à maturidade:

Maturidades	Montante em Carteira (€)	30-06-2021			Saldo
		Swaps	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	8.173.449	-	-	-	8.173.449
de 1 a 3 anos	36.351.232	-	-	-	36.351.232
de 3 a 5 anos	37.717.414	-	-9.389.800	-	28.327.614
de 5 a 7 anos	9.570.501	-	-	-	9.570.501
mais de 7 anos	7.426.732	-	-	-	7.426.732
	<u>99.239.328</u>	<u>-</u>	<u>-9.389.800</u>	<u>-</u>	<u>89.849.528</u>

Maturidades	Montante em Carteira (€)	30-06-2020			Saldo
		Extrapatrimoniais			
		Swaps	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	6.362.094	-	-	-	6.362.094
de 1 a 3 anos	37.852.663	-	-	-	37.852.663
de 3 a 5 anos	35.535.799	-	-11.870.320	-	23.665.479
de 5 a 7 anos	4.411.857	-	-	-	4.411.857
mais de 7 anos	4.499.155	-	-	-	4.499.155
	88.661.568	-	-11.870.320	-	76.791.248

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao Fundo durante os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2021		30-06-2020	
	Valor	% VLGF *	Valor	% VLGF *
Comissão de Gestão	464.312	0,2063%	436.579	0,2074%
Comissão de Depósito	116.079	0,0516%	109.145	0,0519%
Taxa de Supervisão	16.294	0,0072%	15.072	0,0072%
Taxa de Majoração	1.170	0,0005%	949	0,0005%
Custos de Auditoria	1.353	0,0006%	1.353	0,0006%
Custos Research	2.695	0,0012%	2.582	0,0012%
	601.904		565.679	
Valor Médio Global do Fundo	225.075.995		210.466.887	
Taxa Encar. Correntes (TEC)	0,2674%		0,2688%	

* Percentagens calculadas sobre a média diária do valor do Fundo relativa ao período de referência.

17. OUTROS

Terceiros - Ativo

Em 30 de junho de 2021 e 2020 estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2021	30-06-2020
Terceiros - Ativo		
Devedores		
Operações em Futuros		
Margem	424.716	387.222
	424.716	387.222

Terceiros - Passivo

Em 30 de junho de 2021 e 2020 estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2021	30-06-2020
Terceiros - Passivo		
Resgates a pagar a participantes	82.040	24.669
Comissões a pagar		
Entidade Gestora	78.754	71.204
Entidade Depositária	19.688	17.769
Autoridade de Supervisão	6.677	6.840
	<u>105.119</u>	<u>95.813</u>
Outras Contas de Credores		
Estado e Outros Entes Públicos		
Imposto do selo	28.702	25.817
Operações Regularização Compra de Títulos		
Operações em mercado	2.011.152	-
Outros Valores a Pagar		
Custos Research	5.491	2.582
Auditoria	1.353	1.353
	<u>2.046.698</u>	<u>29.752</u>
	<u>2.233.857</u>	<u>150.234</u>

Acréscimos e diferimentos - Ativo

Em 30 de junho de 2021 e 2020 estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2021	30-06-2020
Acréscimos e Diferimentos - Ativo		
Acréscimos de Proveitos		
Da carteira de títulos		
Obrigações diversas	509.894	396.459
Títulos de dívida pública	4.815	8.773
Papel comercial	3.611	-
Outros fundos públicos equiparados	345	346
	<u>518.665</u>	<u>405.578</u>
Despesas com custo diferido		
Da carteira de títulos		
Obrigações diversas	1.097	-
	<u>1.097</u>	<u>-</u>
Outros acréscimos e diferimentos		
Ajustamentos de margem	-	7.040
	<u>-</u>	<u>7.040</u>
	<u>519.762</u>	<u>412.618</u>

Acréscimos e diferimentos - Passivo

Em 30 de junho de 2021 e 2020 estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2021	30-06-2020
Acréscimos e Diferimentos - passivo		
Outros Acréscimos e diferimentos		
Ajustamentos de margem	10.500	-
	<u>10.500</u>	<u>-</u>

18. EVENTOS CONTINGENTES – COVID 19

Na sequência do surto pandémico Covid-19, o Conselho de Administração da sociedade gestora do Fundo tomou medidas de minimização dos riscos resultantes do desenvolvimento da pandemia e ativou o plano de contingência, passando a atividade a ser desenvolvida no edifício sede e em regime de teletrabalho.

Apesar da pandemia, a conjuntura de retoma económica e os avanços na vacinação em vários países, contribuíram para que a generalidade dos mercados acionistas registasse ganhos no 1º semestre de 2021, com vários a atingirem novos máximos históricos.

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica mundial e os seus efeitos nos mercados de capitais, considerando que as atuais circunstâncias excecionais decorrentes da pandemia não colocam em causa a continuidade das operações do Fundo.

ANEXO IInventário da carteira de títulos

	Preço de aquisição	Mais valias	menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
1 - VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
1.1 - Mercado de Bolsa Nacional						
1.1.2 - Outros Fundos Públicos e Equiparados						
GOVMAD Float 06/22	2.500.000	43.950	-	2.543.950	2.434	2.546.384
Subtotal:	2.500.000	43.950	-	2.543.950	2.434	2.546.384
1.1.3 - Obrigações diversas						
VERSE 5 SEN 02/2022	285.881	-	-597	285.284	128	285.412
JOSEML Float 01/27	700.000	3.675	-	703.675	12.056	715.731
Subtotal:	985.881	3.675	-597	988.959	12.183	1.001.143
1.3 - Mercado de Bolsa de Estados Membros UE						
1.3.1 - Títulos de Dívida Pública						
CCTS Float07/2023	6.040.190	24.670	-	6.064.860	4.815	6.069.675
Subtotal:	6.040.190	24.670	-	6.064.860	4.815	6.069.675
1.3.3 - Obrigações diversas						
NOSPL 1.125% 05/23	1.098.469	19.582	-	1.118.051	2.034	1.120.085
CXGD 1.25% 11/24	1.716.199	39.816	-	1.756.015	12.692	1.768.707
GALPPL 2% 01/2026	1.048.936	5.494	-	1.054.430	9.151	1.063.581
BCPPL 1.125% 02/2027	2.188.398	-	-26.832	2.161.566	9.425	2.170.991
FIDELI 4.25% 09/2031	1.800.000	25.362	-	1.825.362	5.659	1.831.021
CCB 0.05% 10/2022	995.580	7.520	-	1.003.100	345	1.003.445
MAHLGR 2.375% 05/22	1.887.350	94	-	1.887.444	5.056	1.892.500
DAIGR Float 07/24	3.496.635	26.885	-	3.523.520	-	3.523.520
VW 0.875% 04/23	1.194.060	27.084	-	1.221.144	2.301	1.223.445
CMZB 0.625% 08/2024	598.524	14.580	-	613.104	3.154	616.258
CONGR 0% 09/2023	1.197.648	4.824	-	1.202.472	-	1.202.472
PBBGR Float 07/28/23	3.023.700	8.040	-	3.031.740	1.931	3.033.671
DB Float05/2022	4.418.025	1.335	-	4.419.360	1.425	4.420.785
NRPBGR 0.1% 02/2026	1.600.000	-	-1.728	1.598.272	658	1.598.930
SEVFP VAR 2.5% 12/49	2.038.670	-	-14.790	2.023.880	12.740	2.036.620
BNP Float 06/24	2.028.100	700	-	2.028.800	277	2.029.077
BNP 1% 04/24	1.027.520	3.860	-	1.031.380	110	1.031.490
PSABFR 0.625% 10/22	597.006	9.978	-	606.984	2.712	609.696
RENAULT Float 11/24	2.492.322	18.003	-	2.510.325	113	2.510.438
RENAULT Float 01/23	3.984.960	29.560	-	4.014.520	-	4.014.520
ENGIFP 1.375% Perp	506.150	3.720	-	509.870	1.432	511.302
ULFP 2.125% Var Perp	1.029.800	-	-36.540	993.260	14.497	1.007.757
BNP Float 05/23	2.000.000	17.940	-	2.017.940	158	2.018.098
BPCEGP Float 01/2023	2.002.613	8.048	-	2.010.660	-	2.010.660
CAFP Float09/2023	1.506.840	3.360	-	1.510.200	74	1.510.274
GLENLN 0.625% 09/24	999.120	17.080	-	1.016.200	5.017	1.021.217
MRLSM 2.225% 04/23	1.062.380	-	-27.550	1.034.830	4.084	1.038.914
IBESM Float 02/24	1.009.600	350	-	1.009.950	137	1.010.087

	Preço de aquisição	Mais valias	menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
CRUNAV Float 06/2022	2.000.000	3.995	-	2.003.995	59	2.004.054
SABSM 0.875% 03/2023	1.987.500	42.380	-	2.029.880	5.658	2.035.538
AMSSM Float 03/22	700.000	483	-	700.483	-	700.483
KUTXAB 0.5% 09/2024	1.491.315	31.380	-	1.522.695	5.733	1.528.428
SANSCF Float12/21	1.002.837	-	-857	1.001.980	23	1.002.003
SANSCF 0.375% 01/25	998.020	14.270	-	1.012.290	1.695	1.013.985
ABANCA 6 PERP	2.046.650	88.710	-	2.135.360	23.736	2.159.096
VLVY 0% 02/2023	400.252	1.712	-	401.964	-	401.964
ISPIM Float 04/22	3.815.600	9.100	-	3.824.700	3.182	3.827.882
SRGIM Float 08/24	252.000	-	-435	251.565	-	251.565
ACEIM Float06223	1.000.000	3.870	-	1.003.870	-	1.003.870
ISPIM 1% 07/2024	2.396.520	75.552	-	2.472.072	23.803	2.495.875
BACRED 0.875% 01/26	499.050	13.475	-	512.525	2.002	514.527
AZMIM 1.625% 12/2024	998.380	43.040	-	1.041.420	8.949	1.050.369
UCGIM 1.2% 01/2026	998.990	22.410	-	1.021.400	5.326	1.026.726
FCABNK 0.25% 02/2023	998.830	7.170	-	1.006.000	842	1.006.842
ISPIM 0.625% 02/2026	1.495.890	3.435	-	1.499.325	3.262	1.502.587
KHC 1.5% 05/24	1.221.000	21.756	-	1.242.756	1.874	1.244.630
PCLN 0.8% 03/22	1.397.130	12.852	-	1.409.982	3.467	1.413.449
GE 0.375% 05/22	1.595.888	12.304	-	1.608.192	740	1.608.932
LEVI 3.375% 03/27	1.560.670	-	-11.410	1.549.260	14.906	1.564.166
GS Float 09/23	3.010.630	-	-1.240	3.009.390	21	3.009.411
C Float 03/23	3.007.406	12.485	-	3.019.890	-	3.019.890
GM Float 03/22	2.981.711	4.159	-	2.985.871	3	2.985.874
T Float 09/23	3.531.010	14.455	-	3.545.465	806	3.546.271
EMR 0.375% 05/2024	1.498.965	22.605	-	1.521.570	616	1.522.186
F 1.514% 02/2023	1.300.000	21.437	-	1.321.437	7.226	1.328.663
JEF 1% 07/2024	649.903	18.395	-	668.298	6.179	674.477
HOG 0.9% 11/19/24	699.489	16.527	-	716.016	3.866	719.882
CB 0.3% 12/2024	499.380	5.505	-	504.885	814	505.699
GS Float04/2023	2.002.390	2.130	-	2.004.520	51	2.004.571
F 1.744% 07/2024	2.257.300	30.028	-	2.287.328	37.305	2.324.632
HON 0% 03/2024	498.780	3.710	-	502.490	-	502.490
BRK 0% 03/2025	798.360	4.152	-	802.512	-	802.512
HOG 3.875% 05/2023	499.805	36.705	-	536.510	2.283	538.793
RENEPL 1.75% 06/23	1.990.740	81.720	-	2.072.460	2.877	2.075.337
NNGRNV 0.875% 01/23	298.209	6.378	-	304.587	1.215	305.802
DAIGR Float 01/23	2.008.020	2.660	-	2.010.680	-	2.010.680
BAYNGR Float 06/22	600.000	2.094	-	602.094	1	602.095
INTNED Float 09/23	2.716.500	26.430	-	2.742.930	230	2.743.160
VW Float 11/24	1.600.000	63.424	-	1.663.424	2.018	1.665.442
NIBCAP 2% 04/2024	2.099.720	-	-9.580	2.090.140	9.096	2.099.236
ANNGR Float12/2022	3.004.885	9.755	-	3.014.640	-	3.014.640
AEGON 0.625% 06/2024	2.051.010	-	-10.050	2.040.960	342	2.041.302
NIBCAP 0.875% 07/25	797.904	26.336	-	824.240	6.866	831.106
ANNGR 0.125% 04/2023	1.000.250	4.960	-	1.005.210	295	1.005.505
ENELIM 0% 06/2024	1.734.653	27.195	-	1.761.848	-	1.761.848
DLR 0.625% 07/2025	496.735	13.305	-	510.040	3.005	513.045
REPSM 0.125% 10/2024	598.518	5.568	-	604.086	553	604.639
DANBNK 0.875% 05/23	1.494.165	33.285	-	1.527.450	1.438	1.528.888
SPOLNO 0.25% 09/2024	1.509.450	9.600	-	1.519.050	2.815	1.521.865
SBBBSS Float2/2023	2.203.432	1.078	-	2.204.510	318	2.204.828
RBIAV 0.25% 01/2025	994.260	16.510	-	1.010.770	1.096	1.011.866
FREGR 0.875% 01/22	1.399.982	5.940	-	1.405.922	5.068	1.410.990
DHR Float 06/22	991.270	11.850	-	1.003.120	-	1.003.120
DE FLOAT 10/22	1.001.955	3.175	-	1.005.130	-	1.005.130
BDX 0.632% 06/2023	750.000	10.688	-	760.688	351	761.038
DHR 0.2% 03/2026	698.831	5.089	-	703.920	403	704.323
ARNDTN 0% 07/2026	1.472.175	-	-5.760	1.466.415	-	1.466.415
BANQUE Float 02/23	1.005.062	-	-212	1.004.850	243	1.005.093
MUFG 0.98% 10/2023	600.000	16.320	-	616.320	4.269	620.589
MUFG 0.339% 07/2024	2.010.200	17.380	-	2.027.580	6.446	2.034.026
ISLBAN 1.125% 04/22	499.370	5.475	-	504.845	1.233	506.078

	Preço de aquisição	Mais valias	menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
CXGD 10.75% 03/22	1.189.700	-	-117.920	1.071.780	299	1.072.079
DBFloat 09/10/21	2.001.914	6	-	2.001.920	125	2.002.045
ALVGR 5.75% 07/41	1.047.910	-	-47.000	1.000.910	56.397	1.057.307
Subtotal:	142.507.074	1.299.622	-311.904	143.494.792	366.604	143.861.396

1.5.3 - Obrigações diversas

GALPPL 1% 02/23	2.297.311	40.892	-	2.338.203	8.570	2.346.773
SANUK Float 05/23	2.011.200	-	-1.020	2.010.180	565	2.010.745
LLOYDS Float 06/2024	5.356.864	116.036	-	5.472.900	356	5.473.256
HSBC Float 10/23	2.004.290	4.050	-	2.008.340	-	2.008.340
LLOYDS Var 0.625%	1.987.280	36.680	-	2.023.960	5.719	2.029.679
VOD 3.1% 01/2079	1.041.700	1.310	-	1.043.010	15.203	1.058.213
TSCOLN 0.875% 05/26	1.529.065	14.315	-	1.543.380	1.187	1.544.567
BACR 0.75% 06/2025	896.481	19.593	-	916.074	407	916.481
NGGLN 0.19% 01/2025	500.000	3.900	-	503.900	422	504.322
LLOYDS 0.375% 01/25	699.447	10.626	-	710.073	1.108	711.181
VMUKLN 2.875% 06/25	1.000.385	74.405	-	1.074.790	550	1.075.340
BACR Float05/2026	7.108.654	25.116	-	7.133.770	4.540	7.138.310
BBVASM Float 03/23	3.013.924	7.586	-	3.021.510	99	3.021.609
BAC Float 05/23	1.514.370	-	-6.510	1.507.860	592	1.508.452
MS Float 11/22	2.500.000	5.650	-	2.505.650	607	2.506.257
WBA 2.125% 11/26	2.193.470	-	-11.910	2.181.560	25.966	2.207.526
F Float 12/21	800.000	-	-360	799.640	-	799.640
F Float 12/24	2.900.092	21.668	-	2.921.760	393	2.922.153
BAC FLOAT 04/24	4.842.364	-	-10.396	4.831.968	1.417	4.833.385
F Float 11/23	500.000	-	-6.275	493.725	118	493.843
WFC 0.5% 04/2024	997.440	18.600	-	1.016.040	904	1.016.944
MS 0.637% 07/2024	1.017.310	-	-1.050	1.016.260	5.934	1.022.194
ITW 0.25% 12/2024	996.620	16.660	-	1.013.280	1.425	1.014.705
FISV 0.375% 07/2023	597.864	7.926	-	605.790	2.250	608.040
UBS Var 0.25% 01/26	1.008.802	-	-4.342	1.004.460	1.048	1.005.508
CS Float01/2026	7.062.793	-	-16.943	7.045.850	5.852	7.051.702
RELLN 0% 03/2024	896.523	7.356	-	903.879	-	903.879
MOWINO Float01/25	1.637.950	8.146	-	1.646.096	4.409	1.650.505
MDT 0% 10/2025	496.710	4.655	-	501.365	-	501.365
TACHEM Float 11/22	2.827.989	8.075	-	2.836.064	1.748	2.837.812
TACHEM 2.25% 11/2026	2.209.190	2.510	-	2.211.700	27.370	2.239.070
ANZ 1.125% 11/21/29	1.496.445	37.125	-	1.533.570	10.264	1.543.834
Subtotal:	65.942.533	492.880	-58.806	66.376.607	129.018	66.505.625

2 - OUTROS VALORES

2.1 - Val. Mobiliários Nacionais não Cotados

2.1.3 - Obrigações diversas

Cetec 88 B	-	-	-	-	-	-
Tetra Estil 89	-	-	-	-	-	-
R Vinicola 88	-	-	-	-	-	-
R C Velha 88 2	-	-	-	-	-	-
Tx L Correia 87	-	-	-	-	-	-
Tx L Correia 88 E	-	-	-	-	-	-
Tx L Correia 88 F	-	-	-	-	-	-
Tx L Correia 88 H	-	-	-	-	-	-
Tx L Correia 88 G	-	-	-	-	-	-
Vilatextil 88	-	-	-	-	-	-
AGEF 90	-	-	-	-	-	-
AGEF 91	-	-	-	-	-	-
Coimbras1/91	-	-	-	-	-	-
FOC 91	-	-	-	-	-	-

	Preço de aquisição	Mais valias	menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
C.Campo Alegre /91	-	-	-	-	-	-
Copinaq 87	-	-	-	-	-	-
Fnacinv 91	-	-	-	-	-	-
Ladricer 91	-	-	-	-	-	-
Mako JeansA/87	-	-	-	-	-	-
Mako JeansB/87	-	-	-	-	-	-
Resopal 91 1 E	-	-	-	-	-	-
Sointal 92	-	-	-	-	-	-
Somec 91	-	-	-	-	-	-
ERG 87	-	-	-	-	-	-
Subtotal:	-	-	-	-	-	-

2.3 - Outros Instrumentos de Dívida

2.3.2 - Papel Comercial

P.C.VISABEIRA 48ª EM	2.500.000	-	-	2.500.000	3.611	2.503.611
Subtotal:	<u>2.500.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.500.000</u>	<u>3.611</u>	<u>2.503.611</u>
Total	<u>220.475.678</u>	<u>1.864.797</u>	<u>-371.307</u>	<u>221.969.168</u>	<u>518.665</u>	<u>222.487.833</u>

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Caixagest Obrigações - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações** (adiante também designado simplesmente por Fundo), gerido pela Caixa Gestão de Ativos Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. (adiante também designada simplesmente por Entidade Gestora), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2021 (que evidencia um total de 233 034 295 euros e um total de capital do Fundo de 230 789 938 euros, incluindo um resultado líquido de 286 220 euros), a demonstração de resultados e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e as divulgações às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Caixagest Obrigações - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações em 30 de junho de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período de seis meses corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matéria relevante de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
1. Valorização dos ativos mobiliários	
<p>A carteira de títulos corresponde a cerca de 95% do ativo, sendo a sua valorização diária determinada pela cotação dos respetivos títulos em carteira, representando as menos-valias e mais-valias potenciais uma parte significativa dos custos e proveitos reconhecidos no período. Assim, a verificação das cotações constitui uma área significativa de auditoria. Os procedimentos adotados na valorização dos títulos em carteira são descritos na nota 4 das Divulgações às demonstrações financeiras.</p>	<p>Testes de conformidade ao processo de importação e registo das cotações diárias dos títulos em carteira. Testes substantivos para validação da valorização dos títulos em carteira e do cálculo das respetivas mais e menos-valias potenciais, com base nas cotações.</p>
2. Cumprimento de regras e limites legais e regulamentares	
<p>A confirmação do cumprimento das regras e limites previstos no Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, nos Regulamentos da CMVM e no Regulamento de Gestão do Fundo assume uma particular importância na auditoria, com potencial impacto na autorização do Fundo e na continuidade das suas operações.</p>	<p>Analisámos os procedimentos e ferramentas de controlo do cumprimento das regras e limites legais e das políticas de investimento do Fundo. Recalculámos os limites legais e regulamentares e verificámos o impacto de eventuais situações de incumprimento reportadas nesses mapas, incluindo a verificação da comunicação/ autorização da CMVM em caso de incumprimento.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa

razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.
- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período de seis meses corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) Fomos nomeados auditores do Fundo, pela Entidade Gestora, para um primeiro mandato compreendido entre 2017 e 2020 e para um segundo mandato compreendido entre 2021 e 2024;
- (ii) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- (iii) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora em 27 de agosto de 2021;
- (iv) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo e respetiva Entidade Gestora durante a realização da auditoria;
- (v) Informamos que não prestámos ao Fundo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- (i) O adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do organismo de investimento coletivo;
- (ii) A adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do organismo de investimento coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos imobiliários;
- (iii) O controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- (iv) O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- (v) O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- (vi) O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação;
- (vii) O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 27 de agosto de 2021



Ana Gabriela Barata de Almeida, em representação de
BDO & Associados - SROC
(Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o n.º 20161384)